

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARANÁ NO CONTEXTO REPUBLICANO (1900-1920): UMA RETOMADA DO DEBATE EDUCACIONAL

Recebido em: 25/07/2024

Aceito em: 02/10/2024

DOI: 10.25110/educere.v24i3.2024-11478



Maria Cristina Gomes Machado¹

Italo Ariel Zanelato²

Vinicius Marcelino Bistaffa³

Rafael Marcelino Aro⁴

RESUMO: O objetivo desse artigo é investigar o debate educacional paranaense vigente realizados nas duas primeiras décadas do século XX, com ênfase no papel intelectual dos secretários d’Estado dos Negócios do interior, Justiça e Instrução Pública, do Paraná neste processo. Para a realização da pesquisa, foram utilizadas fontes bibliográficas que elucidam os contextos históricos, os quais foram contrapostos às informações contidas nos relatórios dos referidos secretários, no recorte temporal delimitado. Os resultados apontam para um debate nacional em torno da Instrução Pública, no qual o Paraná participou e os secretários estaduais tiveram importante papel, entretanto, vê-se, na prática, que as mudanças efetivadas não atenderam às expectativas e estes secretários acabaram se tornando burocratas do aparelho estatal.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução Pública; Paraná; Secretários d’Estado; História da Educação.

THE PUBLIC INSTRUCTION IN PARANÁ IN THE REPUBLICAN CONTEXT (1900-1920): A RETURN TO THE EDUCATIONAL DEBATE

ABSTRACT: The objective of this article is to investigate the current educational debate in Paraná carried out in the first two decades of the 20th century, with an emphasis on the intellectual role of the Secretaries of State for Interior Affairs, Justice and Public Instruction, of Paraná in this process. To carry out the research, bibliographic sources were used that elucidate the historical contexts, which were contrasted with the information contained in the reports of the aforementioned secretaries, in the delimited time frame. The results point to a national debate around Public Instruction, in which Paraná participated and the state secretaries played an important role. However, in

¹ Doutora em educação. Docente do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

E-mail: mcgmachado@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7359-4562>.

² Mestre em Educação e Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

E-mail: jazanelato2@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2072-8405>

³ Estudante do Curso de Pedagogia – Campus Cianorte.

E-mail: ra124248@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3058-0234>

⁴ Estudante do Curso de Pedagogia – Campus Cianorte.

E-mail: ra124655@uem.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1314-4614>

practice, it is seen that the changes made did not meet expectations and these secretaries ended up becoming bureaucrats. of the state apparatus.

KEYWORDS: Public Instruction; Paraná; Secretaries of State; History of Education.

LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA EN PARANÁ EN EL CONTEXTO REPUBLICANO (1900-1920): UN REGRESO AL DEBATE EDUCATIVO

RESUMEN: El objetivo de este artículo es investigar el debate educativo actual en Paraná llevado a cabo en las dos primeras décadas del siglo XX, con énfasis en el papel intelectual de los Secretarios de Estado del Interior, de Justicia e Instrucción Pública, de Paraná en este proceso. Para realizar la investigación se utilizaron fuentes bibliográficas que dilucidan los contextos históricos, las cuales fueron contrastadas con la información contenida en los informes de los secretarios antes mencionados, en el marco temporal delimitado. Los resultados apuntan a un debate nacional en torno a la Instrucción Pública, en el que Paraná participó y los secretarios estatales jugaron un papel importante. Sin embargo, en la práctica se ve que los cambios realizados no cumplieron con las expectativas y estas secretarias terminaron convirtiéndose en burócratas. del aparato estatal.

PALABRAS CLAVE: Instrucción Pública; Paraná; Secretarios de Estado; Historia de la Educación.

1. INTRODUÇÃO

A Primeira República delimita-se no intervalo de dois eventos marcantes para a História do Brasil. O primeiro, de 15 de novembro de 1889, marca a passagem da monarquia para um regime federativo e presidencialista, a República. O segundo, de outubro de 1930, marca o fim desse regime e o início progressivo de uma ditadura, denominada posteriormente de Era Vargas (1930-1945).

Neste ínterim, o Brasil foi palco de intensas transformações que se deram tanto em âmbito institucional – político, econômico, educacional – como também social e cultural. A exemplo de potências estrangeiras, o país se abria para novas possibilidades de desenvolvimento, de participação social, de fortalecimento de mercados internos e consolidação de uma identidade nacional, que justificasse o projeto de nação em pauta.

Este projeto visava a modernização e caracterizou-se pela crença nas ideias europeias, como o positivismo e o liberalismo econômico. No século XIX, uma nação moderna era aquela que fomentava o avanço industrial, a divisão do trabalho livre assalariado, a urbanização, o comércio, e a formação cultural e intelectual da população, ligada a uma mesma língua, ancorada em princípios nacionalistas e socialmente organizada em torno de Instituições, como condição para o desenvolvimento.

Para alcançar tais objetivos – externamente, como no Brasil – a educação foi considerada o meio mais adequado. Por estar vinculada ao desenvolvimento, a instrução pública foi tratada com urgência pelos intelectuais da época, que defendiam que o ensino deveria ser gratuito, laico e obrigatório. O interesse em escolarizar a população, em especial as camadas populares, preparando-as para o exercício da cidadania e para o trabalho, tornou-se prioridade, sendo fundamental para o progresso em diversos setores.

Com a Constituição de 1891 (Brasil, 1891), as antigas províncias foram convertidas em estados federados e adquiriram maior autonomia legal e administrativa, além de controle fiscal, para legislar sobre os assuntos referentes à administração pública. Nesse sentido, a descentralização da educação proposta pelo Ato Adicional de 1834 (Brasil, 1861), foi mantida pelos republicanos. Em termos gerais, os Governadores procuravam disseminar a escola nos diferentes estados, por meio da política educacional, ou seja, cada estado responsabilizava-se pela criação e manutenção da escola primária e secundária em seu território. Outras pautas foram sendo incluídas ao longo dos anos, como a criação de jardins de infância, escolas normais, universidades, entre outros, conforme os respectivos contextos. (Machado, 2015).

O presente texto tem por finalidade investigar o debate educacional paranaense vigente durante as duas primeiras décadas do século XX (1900 a 1920), a fim de delinear um quadro satisfatório a respeito da situação do estado do Paraná, em termos de educação, no referido período. Pois, este se configura um momento fundamental para a reorganização do sistema republicano e preparação do mesmo para eventos futuros. O conhecimento do processo educacional de cada estado contribuirá para aprofundamento do processo educacional do Brasil na totalidade.

Para tanto, enfatizaremos o papel intelectual, ou não, dos secretários d’Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública neste processo, enquanto membros do Poder Executivo, na elaboração e implementação da política educacional. Com base na compreensão de que a característica essencial de um intelectual é ser um organizador da cultura com fins políticos, problematizamos se os secretários encarregados das questões educacionais – entre 1900 e 1920 – exerceram função de intelectual.

2. O CONTEXTO PARANAENSE ENTRE OS ANOS DE 1900 A 1920

De modo geral, nesta seção apresentaremos o contexto referente ao estado do Paraná, no início dos novecentos. Era basicamente um estado rural em busca de sua

modernização. Sua população era composta majoritariamente por camponeses, que iam de imigrantes a nativos, senhores de terra e pequenos industriais.

Segundo Balhana *et al* (1969), o crescimento populacional do Paraná, no século XX, foi o maior entre todos os estados brasileiros. Entre os anos 1900 a 1920, o número total de habitantes cresceu de 327.136 para 685.711. Em 1911, “[...] mais de 100 núcleos coloniais foram fundados [...] e cerca de 100.000 colonos localizados em seu território” (1969, p. 183). Em 1920, a porcentagem de imigrantes no Paraná era de 9,2% – em sua maioria poloneses, ucranianos, alemães e italianos – ultrapassando a porcentagem referente à população brasileira em geral, que era igual a 4,2% (1969, p. 184).

Apesar de uma transição supostamente tranquila da Monarquia para a República, (Wachowicz, 2012) e do otimismo presente na imprensa (Souza, 2019), divulgado pelas elites às demais classes sociais, o regime republicano estava por ser legitimado. Sobretudo, durante a Primeira República, a política se daria da mesma forma. As oligarquias das elites latifundiárias, por meio do coronelismo e da política dos governadores, dominariam o jogo político até que a Revolução de 30 transformasse o cenário:

[...] já pela década de 1910 o sistema político-constitucional republicano se consolidava, adaptando-se inteiramente ao modelo tradicional brasileiro de distribuição do poder político. [...] após a liquidação dos resíduos das lutas provenientes dos distúrbios que vinham desde o princípio do século, instalou-se tranquilamente o sistema do governo oligárquico, fortemente apoiado dentro do Estado pela política paternalista dos “coronéis” municipais, e no âmbito nacional pela solidariedade incondicional às oligarquias cafeeiras de São Paulo. Assim, as regras do jogo político se centraram no mecanismo de representação que, cada vez mais exclusivo em favor dos segmentos componentes das oligarquias latifundiárias ou a elas associados, criavam antagonismos com novos segmentos sociais que iam emergindo e que pretendiam participar do jogo político e, conseqüentemente do sistema da distribuição do poder. (Balhana *et al.*, 1969, p. 208).

O mosaico étnico e cultural sobre o qual o Paraná emergiu demograficamente, impulsionava o desenvolvimento econômico e a estruturação de uma identidade cultural heterogênea. Em outras palavras, foi o estímulo a imigração o grande impulsionador da economia paranaense. Pois, com o fim da legitimidade do sistema escravocrata, em 1888, a crescente abertura de novos núcleos coloniais trouxe investimento para o estado, aquecendo assim a economia interna, para reparar as dívidas e a falta de créditos, proporcionando a abertura comércios e indústrias ao longo de todo território paranaense. Segundo Machado (2015, p. 32-33):

O Paraná despontava economicamente na virada do século, devido ao aumento da produção da erva-mate, do café e da madeira florestal, utilizadas no estado

e fora dele. Contudo, para a exploração desses produtos era preciso melhorar os sistemas de comunicação e de acesso aos mercados consumidores. Havia pressão para o melhoramento da infraestrutura paranaense para a intensificação do comércio dos produtos agrícolas e o recebimento e estímulo à imigração.

O desenvolvimento econômico ocorreu em vários setores de atividades baseadas no café, na erva-mate e madeira florestal, era positivo e avançava; outros espaços eram desbravados e os centros urbanos evoluíam aos poucos. Em especial com as instalações de industriais próximas às áreas ricas de matérias-primas. A erva-mate “[...] constituía-se a atividade condutora de todo o conjunto da economia paranaense [...]” (Szesz, 1997, p. 79). Já a produção do café, se estabiliza apenas entre 1910 e 1930, intensificando gradualmente a cafeicultura no Paraná e contribuindo para a formação de uma economia forte e de uma comunidade inteiramente ligada a essa produção. A madeira era extraída e, enquanto o Paraná se expandia, também chamava atenção do capital estrangeiro. (Balhana *et al.*, 1969).

A construção de estradas de ferro, pontes, portos, vias, saneamento e iluminação pública, entre outros, aumentaram gradualmente, assim como as pressões internas, medidas de fiscalização e arrecadação de impostos, que refletiam a autonomia administrativa do estado em busca da consolidação de mercados internos que atendessem às demandas nacionais. Os centros urbanos, mesmo com mudanças estruturais, mantinham o aspecto rudimentar, de um país modelado pela elite burguesa que compunha o aparelho de Estado Imperial, e estes, mesmo com ideias nacionalistas, vislumbravam atender suas próprias demandas, mesmo que coletivamente, espelhavam seus próprios anseios, e, claro, os desejos das burguesias internacionais (Machado, 2015).

A manutenção das produções agrárias, por meio de latifúndios e exploração extrativista, assim como a marginalização de boa parte da população, foram fatores que estruturaram a sociedade paranaense, que, mesmo com prerrogativas mais liberais, que envolviam indivíduos livres (cidadãos), não corroborava com as iniciativas práticas concretizadas. Pois, ao mesmo tempo, em que se investia e fomentava-se a educação, por meio de políticas que buscavam estruturar e melhorar a formação do cidadão paranaense, também se situavam tensões culturais, que culminaram em conflitos de poder contra os mesmos cidadãos, pobres e camponeses, a quem o acesso a essas políticas continuava praticamente nulo, desviando assim a atenção do estado que passaria a investir em inúmeras expedições militares, como o caso do Contestado.

As disputas entre o Paraná e Santa Catarina, referentes à região do Contestado, iniciaram-se no Império, quando ambos eram províncias. Sendo uma terra produtiva, rica em madeira e propícia ao plantio da erva-mate, os interesses políticos das elites em relação a ela, diziam respeito à expansão de seu poder territorial e econômico. Pois os grandes proprietários de terra, ocupavam “[...] posições de prestígio social, econômico e político” (Balhana *et al.*, 1969, p. 198). Posto isso, a Guerra do Contestado (1912-1916) se deu por diferentes motivos. Além das tensões entre Paraná e Santa Catarina, a construção interrompida da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e a instalação da madeireira *Southern Brazil Lumber & Colonization*, causa desemprego ao povo e falência aos pequenos industriais, ocasionando a expulsão dos nativos e dos camponeses que desenvolviam ali atividades de subsistência. Especialmente para o povo pobre, sobretudo, para os sertanejos e caboclos miseráveis, abandonados pelas autoridades e alcunhados de posseiros e intrusos, aquele movimento significava uma traição: a venda das terras brasileiras, pertencentes à nação, para empresas estrangeiras. (Rubin, 2008; Balhana *et al.*, 1969). Os revoltosos se agruparam sob a influência de um falso monge curandeiro, chamado José Maria, com o intuito de organizar-se contra a República, restaurar a Monarquia e levantar uma cidade santa. Porém, auxiliados por forças do Exército, ambos os estados reuniram tropas policiais apoiadas por vaqueanos, para conter e diluir a ameaça armada representada pelos revoltosos. Em agosto de 1916, quatro anos depois, se dá a última expedição, resultando em um acordo de partilha da área contestada entre os dois estados. (Balhana *et al.*, 1969).

Para Romário Martins (1995), as expedições não passavam de operações de “limpeza”, necessárias ao progresso e à restauração da ordem ameaçada pelos fanáticos. Entretanto, compreendemos que, naquele momento, a criação de uma identidade paranaense, que se destacasse nacionalmente por sua individualidade, era de suma importância e não poderia ser interrompida pelos interesses das classes baixas. O Paraná foi a quinta comarca de São Paulo até 1853. Muitos intelectuais abraçaram esse objetivo e, conseqüentemente, defenderam interesses da elite contra o povo. Pois, de certa forma, isso implicava no processo de consolidação do sistema constitucional republicano, baseado nas oligarquias cafeeiras e nas políticas paternalistas dos coronéis (Szesz, 1997). O espaço, o lugar, o território delimitado, significava mando, poder, domínio:

[...] uma maneira sutil de transferir a hegemonia das classes dominantes ‘a ordem natural das coisas’ e a essência legítima do ‘ser regional’”, por meio da ação pedagógica dos discursos, formulados por esses mesmos intelectuais. (Szesz, 1997, p. 174).

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e, apesar do Brasil ter se mantido neutro durante quase toda a guerra, as relações internacionais e as economias locais são afetadas, pois se acentua “[...] a acirrada disputa dos países por soberania e mercado” (Machado, 2015, p. 2). No Paraná, este momento também significa uma retomada nas discussões sobre educação e a importância da instrução pública como transformadora da realidade social; a necessidade de criar um sentimento nacional e uma identidade paranaense; a urgência em formar trabalhadores letrados, preparados e patriotas, capazes de exercer sua cidadania por meio do voto (Machado, 2015). A cultura, assim como a instrução pública, tinha o papel de produzir um sentimento regional: a criação “espontânea” de um complexo de atividades, padrões sociais e produções artísticas. Sobretudo, a invenção de uma identidade manifestada através do cultivo das diferentes culturas e personalidades imigrantes estabelecidas em solo paranaense e por ele modificadas. (Szesz, 1997). Seja por meio da Imprensa, da arte ou da instrução pública e seus derivados, incluindo livros didáticos, mapas, cartilhas, revistas, almanaques e manuais, impulsionados pelo “surto nacionalista” decorrente da Primeira Guerra Mundial (Leopoldino, 2019).

3. O FOCO NA INSTRUÇÃO PÚBLICA. ERAM OS SECRETÁRIOS BUROCRATAS?

Ao longo do século XIX, já eram tomadas medidas em prol da escolarização do povo, como políticas que expunham a necessidade de promover à população o acesso à leitura, à escrita e o domínio básico da matemática. Intelectuais como Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa defenderam o ideal da educação laica, gratuita e obrigatória como responsabilidade do Estado, a fim de renovar e ampliar o modelo educacional, estimulando a cidadania e preparando os indivíduos para as novas técnicas de produção.

Segundo Machado, 2015, p. 2):

Nas últimas décadas do século XIX, especialmente a partir de 1870, crescia nacional e internacionalmente a preocupação em escolarizar todas as classes da população e a educação era considerada fundamental para o estabelecimento dos estados nacionais, unificados em torno de uma mesma língua e mesma cultura, unidos por laços fraternais e identificados com a pátria em que viviam. Esta ideia era difundida nas exposições internacionais, nos projetos de organização dos sistemas nacionais de ensino, em livros que expunham a imperiosa necessidade de educar as massas, na imprensa, entre outros, e em vários países. **O saber ler, escrever e contar era fundamental para caracterizar um país como civilizado e moderno, ao passo que a escola poderia igualar as diferentes classes sociais, em conflitos constantes, porque ofereceria as mesmas oportunidades sociais.** (grifo nosso).

A criança passa a ser foco dos debates por ser o potencial eleitor, patriota e consciente de seus deveres enquanto cidadão republicano, o qual levaria adiante o projeto nacionalista por meio de comportamentos específicos e habilidades servís, próprias de uma mentalidade conservadora a ser desenvolvida, visando o preparo para o trabalho – o manuseio de novos equipamentos e técnicas modernas de produção. Sobre isso, Arrebola e Machado (2020, p.1-2), salientam:

Para que fosse possível a efetivação dessas transformações e da modernização da nação, o ensino primário se expandiu a fim de instruir a mão-de-obra especializada e educar o “novo” cidadão republicano, o qual necessitava de moral, bons costumes e uma nova mentalidade [...]

Outras pautas foram sendo incluídas, como a criação de jardins de infância, escolas normais, universidades, entre outros, de acordo com as necessidades e demandas da época. Oliveira (2001, p. 4) explica:

Três foram as questões fundamentais a serem resolvidas pelo Governo no tocante ao ensino: a formação do professorado, a construção de prédios escolares e o fornecimento de equipamentos escolares. Outra questão foi a da evasão escolar, provocada, em parte, pela falta de conscientização da população sobre o valor do ensino e, em parte, pela falta de professores habilitados, de equipamentos e instalações adequadas, aspectos desmotivadores da frequência à escola. As providências do Governo canalizaram-se para o maior incentivo à formação de professores pela Escola Normal e para a construção de prédios escolares.

A autora continua (Oliveira, 2001, p. 5):

O ponto de partida porém, foi a expansão da rede escolar – criação de escolas primárias e secundárias, providas de professores. Criar escola e ter professor foram situações interligadas, embora nem sempre concretizadas, pela falta de professores. O quadro geral de escolas existentes, no Paraná, no início do período republicano, foi aquele proveniente da Província, com 199 estabelecimentos de ensino primário, 180 escolas públicas e 19 particulares. O nível secundário contava com o Ginásio Paranaense, a Escola Normal e o Curso Mercantil, embora os dois últimos profissionalizantes, não permitissem a continuidade de estudos no ensino superior. Havia também a Escola de Artes e Indústria, visando a formação artística e técnica, que não se enquadrava no ensino secundário. O quadro de escolas completava-se com as particulares de níveis primário e secundário [...] No total, eram 130 localidades entre cidades, vilas, povoados e colônias que tinham escolas, embora o maior número se concentrasse em Curitiba e Paranaguá, a primeira por ser Capital e a segunda por ser o porto mais importante do Estado [...]

Em termos de leis, reformas e decretos, entre 1900 e 1920, citamos: a Lei n° 365, de 11 de abril de 1900, que dá novo plano ao ensino do Ginásio Paranaense e outros pontos de instrução pública (Paraná, 1929a); o Decreto n° 93, de 11 de março de 1901, que manda observar o regulamento de instrução pública do estado (Paraná, 1929b); o Decreto n° 263 de 22 de outubro de 1903, que institui o regimento interno das escolas

públicas no Paraná (Paraná, 1929c); o Decreto nº 479, de 10 de dezembro de 1907, que regulamenta a instrução pública (Paraná, 1908); o Decreto nº 510, de 15 de outubro de 1909, referente ao regulamento orgânico do ensino público do estado (Paraná, 1910); a Lei nº 1236, de 2 de maio de 1912, que sanciona a lei sobre o ensino público (Paraná, 1913c); a Lei nº 1284, de 27 de março de 1913, que reconhece oficialmente a Universidade do Paraná e contribui para o seu patrimônio pelo Governo do Estado do Paraná (Paraná, 1914); o Decreto nº 710, de 18 de outubro de 1915, que aprova o Código de Ensino (Paraná, s. d.) e o decreto nº 17, de 9 de janeiro de 1917, que aprova o Código de Ensino do Estado do Paraná (Paraná, 1917); que seriam revogadas ou alteradas apenas depois de 1930.

Observamos, a partir disso, que a instrução pública seguia sendo constantemente modificada. Destacamos, portanto, os principais acontecimentos em torno da educação no referido período: em virtude da precária infraestrutura escolar, construía-se escolas primárias, secundárias e jardins de infância; devido à falta de professores, investia-se nas Escolas Normais; a mulher, por estar relacionada aos cuidados maternos, tornava-se a educadora por excelência com dom de educar; o método intuitivo, ou lição de coisas, ganhava espaço no cenário; houve, em todos os níveis, uma racionalização do currículo; a coeducação dos sexos estava em pauta, assim como a educação das crianças pequenas que não deveria se configurar assistencial, e o ensino moral e cívico; o ensino leigo (ou laico), gratuito e obrigatório, era uma constante e estava por ser consolidado; falava-se na proibição de castigos físicos, em higiene escolar e manutenção das escolas; eram criados os Grupos Escolares, tomando o estado de São Paulo como modelo; a Universidade do Paraná era reconhecida por Lei. (Machado, 2015).

Por mais que houvesse vontade política na confecção das inúmeras reformas, leis e decretos que se referiam à instrução pública, compreendemos que os recursos eram precários. Apesar de investir-se na construção de escolas e jardins de infância, havia falta de professores, ausência de materiais didáticos, baixa frequência dos alunos e evasão escolar, indicando que as políticas implementadas foram muitas e de diferentes naturezas, ao invés de promoverem uma real estruturação do ensino público, foi um movimento que não atendeu a demanda, pois não alterava significativamente o quadro em questão.

O estado, nesse sentido, não arcava com suas responsabilidades constitucionais, dando maior atenção ao desenvolvimento urbano relacionado às atividades econômicas, como o comércio e a indústria. Demonstrando, também, que a República serviu para

legitimar e qualificar privilégios da classe dominante, na medida em que outras tantas questões, ditas tão importantes anteriormente (saúde, higiene, policiamento, educação), foram deixadas em segundo plano e não receberam investimentos suficientes. Não obstante, que os verdadeiros interesses da elite paranaense, em maiores ou menores circunstâncias, implicaram no distanciamento do ideal de educação e sociedade difundido e almejado com a República. De alguma forma, as raízes do Império se desdobravam nas mentes dos que governavam. O desenvolvimento industrial, econômico e político, não impedia as tensões culturais envolvendo indígenas, pretos, camponeses e não-cristãos. (Machado, 2015).

Para Alves (2021, p. 119):

É típico do liberalismo lançar para a população responsabilidades que, do ponto de vista de justiça social, seriam do Estado. Portanto, eis uma contradição: ao mesmo tempo em que se difundia a ampliação do número de escolas, as condições materiais não eram dadas, cabendo à população arcar com parte da responsabilidade. Outro ponto importante é que a própria constituição do início da República passou aos Estados recém-criados a tarefa de organizar o ensino.

Deste modo, parece-nos que a estratégia da República, ao responsabilizar os estados pela difusão da instrução pública em seus territórios, significava abrir mão de um projeto de educação que só viria a se concretizar décadas depois, com a universalização do ensino. Pois, de certa forma, as elites agrárias e latifundiárias faziam da enorme desigualdade e exclusão social, assim como do altíssimo número de analfabetos, uma forma de promover a manutenção de sua força política, por meio das manifestações autoritárias do mandonismo, do patrimonialismo, da corrupção e das marcas indelévels do racismo e da violência – tão características da formação social brasileira. (Schwarcz, 2019).

Saviani (2006) afirma, que apenas no século XX, “[...] o Brasil passou de um atendimento educacional de pequenas proporções, próprio de país predominantemente rural, para serviços educacionais em grande escala”. Em 1890, os índices revelavam uma média de 85% da população total analfabeta (12.213.356 para uma população de 14.333.915 pessoas). Cem anos depois, em 1990, o número cairia para 30%, ainda sim, de acordo com o crescimento populacional, Saviani constata que o número quadruplicou. Quando observamos o contexto regional, percebemos essa precariedade do sistema, e o quanto suas soluções caminharam a passos lentos, devido ao seu isolamento.

Apesar disso, os governadores do estado do Paraná, de acordo com a pesquisa de Machado (2015), foram persistentes quanto ao debate educacional e o projeto de modernização, pois se mostraram presentes, sendo Francisco Xavier o mais expressivo, ocupando o cargo por seis mandatos, entre 1900 e 1912. A autora ainda afirma (Machado, 2015, p. 48), em retrospectiva ao que já foi apresentado, com destaque ao fato de que os rumos da educação paranaense nas duas primeiras décadas da república seguiam as reformas de outros estados brasileiros, inclusive com visitas técnicas de professores paulistas, criadores dos grupos escolares. Modelo que racionalizar o ensino, buscando um redivisão das tarefas no interior da escola, e pautava-se em um aprendizado com base na observação, pois o método era intuitivo.

Nesse sentido, ao abordar os relatórios, posicionamentos, projetos e propostas relativas a uma questão específica, por meio da ação de intelectuais ou não e dos diversos espaços em que estes autores atuaram, com vistas à compreensão do papel que atribuíram à educação na organização social, bem como encaminharam suas plataformas políticas e atuação social, de modo que potencializam novas descobertas para o pesquisador da educação.

Enfatizamos que estes documentos são extensos e que dão conta de tudo que foi alterado, de natureza organizacional e estrutural, no âmbito da Instrução Pública do Paraná, durante o período datado; ou seja, as leis, decretos, aspectos curriculares, mudanças institucionais, os componentes referentes a cada função dos profissionais envolvidos e correspondentes a todos os níveis de ensino, os recursos humanos, materiais pedagógicos, dados numéricos, investimentos, avanços, ausências e, sobretudo, os regulamentos.

Além disso, estes secretários foram se alternando de tempo em tempo, e conseqüentemente acompanhando o movimento político do estado do Paraná, de modo que seus esforços não puderam ser estritamente direcionados à Instrução Pública, pois outras questões estavam em disputa. Ademais, pode-se dizer que a situação do estado tinha características provincianas por ser basicamente um território rural e sem a disposição das tecnologias que seriam estabelecidas posteriormente, tanto para com a vida social como para o mercado e os postos de trabalho.

Outro ponto a ser considerado é a natureza das relações durante a Primeira República e a política oligárquica estabelecida, baseada em interesses e privilégios de elites civis agrárias e seu poder perante a massa. Neste sentido, é contraditório que no

âmbito discursivo, e isto é identificado nos relatórios, se necessitasse de cidadãos, patriotas, leitores e eleitores, mas que, no que tange a prática real, o número de analfabetos somente aumentava.

Identificamos o nome de seis secretários d'Estado de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, entre 1900 e 1920, sendo eles: Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva; Bacharel Bento José Lamenha Lins; Coronel Luiz Antonio Xavier; Dr. Marins Alves de Camargo; Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos; Dr. Eneas Marques dos Santos. Sendo figuras políticas e membros do poder executivo, organizadores, elaboradores e aplicadores da política educacional paranaense, foram importantes para os debates educacionais e pedagógicos, pois delinearão os rumos que deveriam tomar a Instrução Pública na busca pela universalização do ensino, que deveria ser laico, gratuito, obrigatório e de qualidade, em todo o território paranaense, vide o ideal modernista e nacionalista de sociedade vigente naquele momento.

Apesar da intensa movimentação em torno da instrução pública como grande modeladora do cidadão republicano em seu desenvolvimento integral, do interesse em desenvolver as habilidades de leitura, escrita e contagem, os interesses do estado do Paraná estavam voltados para outros setores, internos e externos, como a infraestrutura – em razão da crescente urbanização e desenvolvimento industrial, bem como dos conflitos e das guerras, como foi o caso da Primeira Guerra Mundial, a Guerra do Contestado e outros conflitos menores. Além das grandes tensões culturais e sociais que eram manifestações do sistema imperial e da miscigenação encontrada no Paraná, devido às migrações. Sendo assim, a instituição de Leis, Decretos e outras medidas organizacionais e estruturais acabaram não sendo efetivamente materializadas, pois foram colocadas em segundo plano. Nesse sentido, o sistema educacional permaneceu precário e os referidos intelectuais acabaram se tornando burocratas do aparelho estatal, pois se mantiveram ativos apenas no âmbito discursivo e legislativo, e não no que concerne à materialização de suas ideias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto teve por finalidade apresentar, o debate educacional paranaense vigente e o seu contexto, no período de 1900 a 1920, além de enfatizar o papel dos Secretários D'estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Assim como o restante do Brasil, o Paraná passou por inúmeras transformações estruturais e organizacionais que

diziam respeito a todos os seus âmbitos: político, econômico, social, cultural e educacional em busca de sua modernização.

Para constituir-se moderno e caracterizar-se como civilizado, era necessário avançar em termos educacionais, pois, por meio da instrução pública, seria possível educar o novo cidadão republicano, a partir de uma nova mentalidade, comportamentos específicos e habilidades servis, próprias para a inserção do operariado no mercado de trabalho, para o manuseio das novas técnicas de produção, referentes às atividades e o maquinário que seria estabelecido com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado.

Além disso, a questão da cidadania estava presente, pois, para poder votar e decidir democraticamente os rumos do país, era necessário saber ler e escrever, entretanto, a massa de analfabetos e excluídos sociais somente aumentava. Por isso, cada estado ficou encarregado de difundir a escola pública primária e secundária em seu território. Outras pautas foram sendo incluídas de acordo com as demandas do contexto, como por exemplo a formação de professores, a criação dos jardins de infância, os conteúdos escolares, entre outros.

Muitas leis, decretos e reformas foram instituídas com o intuito de resolver o problema educacional, pois havia certo otimismo quanto ao papel do poder legislativo na sociedade. Apesar da intensa movimentação em torno deste tema, os interesses do estado do Paraná estavam voltados para outros setores, como o desenvolvimento industrial, urbano e econômico, além de conflitos com os quais o Paraná se envolveu, internos e externos. Sendo assim, a instituição de Leis, Decretos e outras medidas organizacionais e estruturais acabaram não sendo efetivamente materializadas, pois foram colocadas em segundo plano. Nesse sentido, o sistema educacional permaneceu precário.

Os Secretários d'Estado de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública no Paraná, enquanto membros do poder executivo, organizadores, elaboradores e aplicadores da política educacional paranaense, foram personagens importantes para os debates educacionais e pedagógicos, pois delinearam os rumos que deveriam tomar a Instrução Pública na busca pela universalização do ensino, que deveria ser laico, gratuito e de qualidade em todo o Paraná.

Segundo os respectivos relatórios, todos os habitantes deveriam ter acesso a uma escola pública, laica e obrigatória; e assim diminuir o índice do analfabetismo linguístico e matemático, para inserir os habitantes, transformados em cidadãos e eleitores, nas novas

técnicas de produção, condizentes com o novo mercado que se construía. Além do fomento às Escolas Normais, primárias, secundárias e jardins de infância, os relatórios apontam outras mudanças, como a racionalização do currículo escolar, o debate em torno dos conteúdos, métodos e objetivos a serem adotados a cada faixa etária. Inclusive, quanto a questão da mulher ser a educadora por excelência, a coeducação dos sexos, a proibição de castigos físicos, a higiene e manutenção escolar, entre outros.

Pela leitura dos relatórios, podemos inferir que estes secretários se tornaram burocratas do aparelho estatal, justamente porque não organizaram as políticas citadas com fins culturais, permanecendo no âmbito discursivo. Entretanto, na medida em que não podemos dissociar as medidas legislativas da realidade objetiva, compreendemos que o percurso traçado por estes personagens no período temporal delimitado não foi em vão, mas não foram atingidos os ideais almejados. O objetivo político em torno da melhoria da educação, na busca pela sua qualidade efetiva, continuaria nas décadas seguintes.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana Kubaski. **A Expansão Do Ensino No Paraná Na Primeira República**. Tese de Doutorado. UEPG. Ponta Grossa, 2021.

ARREBOLA, Thaís Correia; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O Ensino Primário Paranaense: Estudo A Partir Do Jornal “A REPÚBLICA” (1915-1917)**. ANPUH-PR, 2020.

BALHANA, Ativa Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfipar, 1969.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. **Políticas Culturais E Livros Didáticos De História: Rocha Pombo na capital da República (1897-1929)**. UEM. Maringá, 2019.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A Instrução Pública No Estado Do Paraná Republicano: (des) continuidades da legislação educacional (1890-1913)**. Maringá, 2015.

MARTINS, Romário. **História Do Paraná**. Coleção Farol do Saber. Editora Travessa dos Editores. Curitiba, 1995.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná**. Editora da UFPR. Curitiba, 2001.

PARANÁ. **Decreto n.º 31.** Regulamento de Instrução Pública, de 29 de janeiro de 1890. Curitiba, PR: Tipografia da Penitenciária do Estado, 1911a.

PARANÁ. **Decreto n.º 93.** Manda observar o Regulamento de Instrução Pública do Estado, de 11 de março de 1901. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929b.

PARANÁ. **Decreto n.º 17,** de 9 de janeiro de 1917. O Presidente do Estado do Paraná, resolve aprovar o presente Código, assignado pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica. 1917.

PARANÁ. **Decreto n. 263.** Regimento Interno das Escolas Públicas no Paraná, em 22 de outubro de 1903. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929c.

_____. **Decreto n.º 479.** Regulamento da Instrução Pública, em 10 de dezembro de 1907. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1908.

PARANÁ. **Decreto n.º 510.** Regulamento Orgânico do Ensino público do Estado, em 15 de outubro de 1909. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1910.

PARANÁ. **Lei n.º 365.** Dá novo plano ao ensino do Ginásio Paranaense e sobre outros pontos de instrução pública, em 11 de abril de 1900. Curitiba, PR: Tipografia d' A República, 1929a.

PARANÁ. **Decreto n.º 710.** Aprovação do Código de Ensino, de 18 de outubro de 1915. Curitiba, PR: Typ. d' A República, s.d.

PARANÁ. **Lei n.º 1236.** Sanciona a lei sobre o ensino público, de 2 de maio de 1912. Curitiba, PR: Typ. Diário Oficial, 1913c.

PARANÁ. **Lei n.º 1284.** Reconhecimento Oficial da Universidade do Paraná e contribuição para o seu patrimônio pelo Governo do Estado do Paraná, em 27 de março de 1913. Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1914.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1903.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1904.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1904.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1905.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1905.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1906.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1907.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1907.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1908.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1909.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1910.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1911.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1912.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1912.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1914.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1915.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1916.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1917.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1917.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1917.

PARANÁ. **Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública e Anexos de 1918.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1918.

PARANÁ. **Relatório do Inspetor Geral de Ensino de 1920.** Curitiba, PR: Typ. d' A República, 1920.

RUBIN, Sérgio. **CONTESTADO: A guerra desconhecida.** Canga Blog. Florianópolis, SC. 2008. Link: <<http://contestadoaguerradesconhecida.blogspot.com>>

SANTOS, André de Souza. **PARANÁ, IMPRENSA E INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA: O jornal A República (1903-1912).** UEM. Maringá, 2019.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do "longo século XX" brasileiro. In: SAVIANI, D *et al.*. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 50-54.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

SZESZ, Christiane Marques. **A INVENÇÃO DO PARANÁ: O discurso regional e definição das fronteiras cartográficas (1889-1920).** Mestrado, UFPR. Curitiba, 1997.

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná.** Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 2012.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Maria Cristina Gomes Machado: Escrita, correção e orientação.

Italo Ariel Zanelato: Escrita, correção e orientação.

Vinicius Marcelino Bistaffa: Estudo e escrita.

Rafael Marcelino Aro: Estudo e escrita.